



Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 05.503.849/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2018	2017	Passivo	Notas	2018	2017
Circulante		106.888	103.106	Circulante		35.444	68.174
Disponibilidades	4	529	1.111	Depósitos	9	3.803	7.634
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	22.037	11.007	Depósitos a prazo		3.803	7.634
Aplicações em títulos e valores mobiliários	5	1.891	5.756	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	28.389	56.318
Carteira própria		1.891	5.756	Recursos de aceites cambiais		28.389	56.318
Operações de crédito	6	77.799	78.155	Outras obrigações	10	3.252	4.222
Setor privado		87.948	88.025	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		79	118
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(10.149)	(9.870)	Fiscais e previdenciárias		437	698
Outros créditos	7	2.460	4.641	Diversas		2.736	3.406
Outros valores e bens	8	2.172	2.436	Não circulante		84.778	61.739
Bens não de uso próprio		1.422	1.281	Exigível a longo prazo		11.682	12.872
Despesas antecipadas		750	1.155	Depósitos	9	11.682	12.872
Não circulante		51.889	63.964	Depósitos a prazo		11.682	12.872
Realizável a longo prazo		41.085	53.286	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	73.096	48.867
Operações de crédito	6	41.085	53.286	Recursos de aceites cambiais		73.096	48.867
Setor privado		46.680	56.732	Patrimônio líquido	11	27.500	27.500
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(5.595)	(3.446)	Capital		27.500	27.500
Outros créditos	7	10.412	10.398	De domiciliados no País		27.500	27.500
Outros valores e bens	8	392	280	Reservas de lucros		12.436	10.943
Despesas antecipadas		392	280				
Permanente		1.381	1.286				
Imobilizado de uso		483	511				
Outras imobilizações de uso		1.453	1.333				
(Depreciações acumuladas)		(970)	(822)				
Intangível		898	775				
Ativos intangíveis		1.483	1.152				
(Amortizações acumuladas intangível)		(585)	(377)				
Total do ativo		160.158	168.356	Total do passivo e patrimônio líquido		160.158	168.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Legal	Reserva Estatutárias	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	27.500	1.384	6.091	—	34.975
Lucro líquido do exercício	—	—	—	6.169	6.169
Destinações:					
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	(2.701)	(2.701)
Reserva legal	—	308	—	(308)	—
Reserva especial de lucro	—	—	3.160	(3.160)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2017	27.500	1.692	9.251	—	38.443
Saldos em 01 de janeiro de 2018	27.500	1.692	9.251	—	38.443
Lucro líquido do exercício	—	—	—	4.077	4.077
Destinações:					
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	(2.584)	(2.584)
Reserva legal	—	204	—	(204)	—
Reserva especial de lucro	—	—	1.289	(1.289)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2018	27.500	1.896	10.540	—	39.936
Saldos em 01 de julho de 2018	27.500	1.800	10.000	—	39.300
Lucro líquido do semestre	—	—	—	1.930	1.930
Destinações:					
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	(1.294)	(1.294)
Reserva legal	—	96	—	(96)	—
Reserva especial de lucro	—	—	540	(540)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2018	27.500	1.896	10.540	—	39.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, ("Instituição" ou "Financeira"), tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento, bem como a administração de carteira de valores mobiliários.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações. Foram também adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável - impairment - de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "Títulos disponíveis para venda" e "Títulos mantidos até o vencimento", ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações apresentadas em real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Instituição em 7 de março de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, os quais são utilizados pela Financeira para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. **b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **c) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **i) Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; **ii) Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como para serem mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários sob o título "Ajuste de avaliação patrimonial"; **iii) Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento; são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Com base nas determinações estabelecidas no parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como "Títulos para negociação" são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento. **d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando também os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Para as operações com prazo superior a 36 meses, a Instituição utiliza a prerrogativa de contagem em dobro, prevista na Resolução nº 2.682/99, para determinação do nível de risco. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa faixa por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração como suficiente, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN. **e) Cessões de crédito:** As operações de cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, a qual determina que os ativos financeiros serão baixados se a compra ou a venda da carteira for com retenção ou sem retenção/transfêrencia substancial dos riscos e benefícios. **f) Outros valores e bens:** Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dáção de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização. **g) Despesas antecipadas:** A partir de 1º de janeiro de 2015, conforme Circular nº 3.693/2013 do BACEN, as comissões pagas pela origem das operações de créditos são reconhecidas ao resultado na fração de um terço (1/3) e dois terços (2/3) em 2016, no ato do registro no ativo, e o saldo restante, durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses. Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista no §1º da Circular serão amortizados, de forma linear, no prazo de até 36 meses, ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da respectiva operação. **h) Imobilizado de uso:** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das correspondentes depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais, em função da vida útil econômica dos bens: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos: 10% ao ano; e equipamentos de informática e veículos: 20% ao ano. **i) Intangível:** O saldo do intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de informação (softwares), e está demonstrado ao custo de aquisição, líquido da respectiva amortização acumulada, calculada pelo método linear à taxa anual de 20% ao ano, em função da vida útil econômica dos bens. **j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):** A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de

seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, deve ser constituída uma provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **k) Depósitos e recursos de aceites cambiais:** As captações prefixadas estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescido dos encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais e as captações pós-fixadas, são atualizadas "prorata" dia até as datas dos balanços. **l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 120, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação fiscal em vigor até 30 de agosto de 2015 foi calculada à alíquota de 15%. A medida provisória nº 675/15, convertida na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, alterou a alíquota da CSLL de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, e os valores foram apurados em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.591. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota aplicável volta a ser de 15%. **m) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 31 de dezembro de 2002, alterada pelas Resoluções nº 3.355, de 31 de março de 2006, e nº 4.441, de 29 de outubro de 2015, do CMN que determinam que a Instituição, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, cumulativamente, às seguintes condições: • Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. • Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, com base em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. Os créditos tributários de imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram constituídos sobre diferenças temporárias relativas à provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "Outros créditos - diversos" com reflexo no resultado do exercício. Os créditos de imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro serão realizados à medida que as diferenças temporárias se tornarem definitivas. **n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e pela Carta Circular nº 3.429/10 do BACEN. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como "Remota", "Possível" ou "Provável" com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, e da Administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou às alterações. • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. • **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como "Perdas possíveis" são apenas divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança são avaliados como "Perdas remotas" e não são provisionados nem divulgados. • **Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **o) Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. É acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo. **p) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. **q) Lucro por ação:** É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

4. COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Exercícios		2018		2017	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
No início do exercício						
Disponibilidades	1.111	960	1.111	960	1.111	960
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	11.007	7.004	11.007	7.004	11.007	7.004
No final do exercício	22.566	12.118	22.566	12.118	22.566	12.118
Disponibilidades	529	1.111	529	1.111	529	1.111
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	22.037	11.007	22.037	11.007	22.037	11.007
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	10.448	4.154	10.448	4.154	10.448	4.154
(i) Aplicações com prazos de vencimentos variáveis, remuneradas às taxas praticadas no mercado e são resgatáveis a qualquer momento, e utilizadas para gestão de caixa.						
	2.487	—	2.487	—	2.487	—
	2.182	14	2.182	14	2.182	14
	7.527	420	7.527	420	7.527	420
Total	138.816	5.941	138.816	5.941	138.816	5.941
e) Resultado das operações de crédito:						
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Títulos disponíveis para venda	Até 3 meses contábil	Valor mercado	Até 3 meses contábil	Valor mercado	Até 3 meses contábil	Valor mercado
Quotas de fundos de investimento	1.891	1.891	1.891	1.891	1.891	1.891
Total	1.891	1.891	1.891	1.891	1.891	1.891

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ações)

	Notas	2º Semestre 2018	Exercícios 2018		Exercícios 2017	
			2018	2017	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		26.226	54.813	56.029		
Operações de crédito	6e	25.272	52.573	53.391		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5b	741	1.460	2.145		
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		213	780	493		
Despesas da intermediação financeira		(12.496)	(27.533)	(28.936)		
Operações de captação no mercado	9b	(5.320)	(11.204)	(15.266)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	(7.176)	(16.329)	(13.670)		
Resultado bruto da intermediação financeira		13.730	27.280	27.093		
Outras receitas/despesas operacionais		(9.896)	(19.713)	(17.902)		
Receitas de prestação de serviços	13	5.506	12.171	10.690		
Despesas de pessoal	14	(1.017)	(2.162)	(1.818)		
Outras despesas administrativas	15	(11.997)	(26.074)	(22.467)		
Despesas tributárias	16	(1.489)	(3.169)	(2.855)		
Outras receitas operacionais		436	1.899	463		
Outras despesas operacionais		(1.335)	(2.378)	(1.915)		
Resultado operacional		3.834	7.567	9.191		
Resultado não operacional		(186)	(174)	162		
Resultado antes da tributação sobre o lucro		3.648	7.393	9.353		
Imposto de renda e contribuição social		(1.718)	(3.316)	(3.184)		
Provisão para imposto de renda	12a	(301)	(1.283)	(1.892)		
Provisão para contribuição social	12a	(294)	(1.089)	(1.591)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12c	(1.123)	(944)	299		
Lucro líquido do período		1.930	4.077	6.169	</	



Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 05.503.849/0001-00

☆ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se

manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de março de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Luiz Carlos Osellero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

Deloitte.

Serviço de Atendimento ao Assinante

- Alterações cadastrais
- Dúvidas e sugestões
- Solicitação de exemplares
- Informações sobre sua assinatura

Entre em contato com nosso serviço de atendimento.

De segunda à sexta-feira das 8h as 18h.

(11) 5095-5335
São Paulo e Grande SP